

NELSON WERNECK SODRÉ, PRESENTE!

Lincoln de Abreu Penna¹

Já disse alguém, e disse bem: quem não tem posição política não tem alma.
(Nelson Werneck Sodré)

RESUMO: O historiador Nelson Werneck Sodré representou na historiografia brasileira uma referência importante, seja pela vasta e diversificada obra produzida ou pelo seu caráter crítico e de cunho interpretativo. Destacou-se numa geração que se propôs a revisar a História do Brasil e a pensar com seriedade os rumos do país.

Palavras-chaves: historiador marxista - intérprete de Brasil - pensador crítico.

ABSTRACT: Historian *Nelson Werneck Sodré* represented an important reference in Brazilian historiography, either by its extensive and diverse work, and also because of their critical nature of interpretative nature. Stood out in a generation that decided to revise the history of Brazil and to think seriously the country's future.

Keywords: Marxist historian - performer from Brazil - critical thinker.

Neste ano do centenário de Nelson Werneck Sodré, historiador marxista, oficial do Exército e ativo defensor da soberania nacional, escritor e intelectual de grandes recursos, todos aqueles que de alguma forma se beneficiaram de seus escritos, a compor uma obra de referência para os estudos de Brasil, devem refletir sobre o seu legado. Ao nos deixar em 1999, Seu nome permanece presente em trabalhos acadêmicos e em temas que se tornaram recorrente num país no qual as mudanças não trouxeram até aqui transformações substanciais para o povo. O propósito deste ensaio é o de lembrar o trabalho de intérprete de nossa história e de grande brasileiro que continua a nos inspirar.

O que fez de Nelson Werneck Sodré (NWS) um historiador de renome e respeito foi a sua compreensão de que as forças armadas integram o corpo social e, portanto, neste corpo atravessam as classes sociais, independentemente da hierarquia e do senso

¹ Professor Aposentado da UFRJ e atualmente no Programa de Mestrado da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

corporativo existe interesses de classe que impelem, por exemplo, segmentos da alta oficialidade a se identificarem com as classes dominantes do país. Em determinado momento, quando o Exército, em particular, ainda representava fundamentalmente os extratos das camadas médias urbanas, a sua identidade maior era com este segmento da sociedade. Assim, a polêmica entre o impulso corporativo e o de natureza sócio-econômico chegou a ser debatido na historiografia, desde o instante em que se discutiu se os tenentes da década de vinte do século XX representavam ou não os interesses das classes médias da época.

O livro *O Sentido do Tenentismo* de Virgínio Santa Rosa iniciou essa discussão, que foi amparada por Barbosa Lima Sobrinho ao escrever o seu livro *A Revolução de Outubro* em alusão ao movimento que depôs Washington Luís e impediu a posse do eleito nas urnas, o paulista Júlio Prestes. Esse debate se estenderia posteriormente à universidade, alentada pelas teses acadêmicas sobre o papel dos militares na República, através de estudos acerca da instituição militar e das doutrinas que orientaram em diferentes momentos da vida nacional a Academia Militar até, finalmente, o advento da Escola Superior de Guerra, em 1948. Não parou aí as variadas interpretações sobre função e papel das forças armadas, sempre com maior destaque para o caso do Exército.

Nelson Werneck Sodré (NWS) faria este ano de 2011 cem anos. Pouco antes de morrer, aos 89 anos, doou à Fundação Biblioteca Nacional seu precioso acervo documental constituído de uma rica correspondência ativa e passiva trocada com figuras de notória importância no mundo da política nacional, da cultura, das artes, do jornalismo opinativo e do mundo da caserna, em face das muitas amizades construídas ao longo de um tempo marcado por embates, debates, críticas de toda espécie e também de muita camaradagem para com os seus interlocutores. Além disso, as notas que escrevera para seus livros, e não foram poucos, se somaram às inúmeras resenhas, crônicas, críticas literárias, fora as notas que escrevera para uso das direções partidárias. Afinal, foi um dos mais atuantes - embora discreto, quadros políticos do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Mas, sobretudo, NWS foi um militar desde 1931, quando ingressou nas fileiras do Exército e de lá até ir para a reserva militar dignificou a força armada a qual serviu, sem que sua opção política e ideológica ferisse nem de leve a postura de disciplina e acato à hierarquia, dogmas da corporação. Mesmo depois, como oficial da reserva, comportou-se como militar a honrar seu passado e o da instituição, independente das críticas que se tornariam acesas por ocasião do regime ditatorial de 1964. E mesmo não

tendo exercido cargos públicos como muitos de seus camaradas de farda, eleitos ou indicados para exercerem funções dessa natureza, foi uma das falas mais respeitadas, tanto nos círculos militares quanto nos civis. Impôs-se como intelectual e como tal foi alvo das mais candentes críticas e dos mais ardorosos admiradores. Reservado, sua fala se deu fundamentalmente através da caneta, porquanto seus escritos sobre temas os mais distintos revelava uma mente atenta, e uma erudição pouco comum.

E foi, com base na vida dedicada às letras, à ciência, à vida política do país, e, enfim aos seus ideais, dos quais nunca se arrependeu, que concebi este livro. Mais do que escrever sobre o personagem que o inspirou, e não são tão poucos assim os estudos sobre ele realizados, pensei em situá-lo num emaranhado de falas surgidas dentro e fora da corporação a respeito de Brasil, objeto primordial de seu interesse. Busquei as falas do Exército, através de um documento que melhor o representa de forma sistemática, que são as ordens do dia. E, além disso, das manifestações públicas de seus mais destacados integrantes, sem deixar de lado, é claro, as referências do nosso intelectual múltiplo, NWS, a propósito de duas figuras pelas quais ele tinha especial apreço: Floriano Peixoto e Luís Carlos Prestes.

E o apreço dedicado a esses dois nomes, ambos de formação militar e de inserção política, derivou de duas atitudes comuns a eles ao longo de suas distintas trajetórias. De um lado, o compromisso com os valores nacionais embasados na defesa e prosperidade desse sentimento ativo e não apenas contemplativo. E de outro, o compromisso com a austeridade, traço fundamental da ideia republicana, que em ambos também se encontra presente, embora a adotando de forma diferenciada. No caso de Floriano, o conceito de patriotismo talvez lhe caiba melhor, não só porque era uma expressão mais comum ao seu tempo, como porque as investidas contra o regime republicano se encontravam tanto de fora do território pátrio, ainda sob alguma ameaça, como de fora da própria República, estimulada esta última pelos saudosistas e restauradores monarquistas.

Com Prestes, as questões da nacionalidade e do internacionalismo estão irmanadas sem contradição. Soube, como poucos, integrar essas duas bandeiras, sem que ambas se conflitassem em sua prática política. Para tanto, foi amparado pelas resoluções políticas dos comunistas no sentido de priorizar as lutas antiimperialistas e antilatifundiárias, no âmbito da revolução nacional e democrática, que embalava a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Prestes, como militar defensor da moralidade dos costumes políticos, desde a época do Tenentismo, firmou-se como um indigitado baluarte do nacionalismo antiimperialista. Como quadro político e dirigente comunista não podia deixar de adotar o princípio do internacionalismo, bandeira que unificava todos os partidos comunistas em torno da revolução mundial. Membro de um exército de indignados militares desejosos de um país livre e soberano, foi igualmente membro ativo e operante de uma organização internacional como a Internacional Comunista, que o integrou antes mesmo que viesse a pertencer organicamente ao PCB.

NWS participou ativamente do movimento cultural, editorial e literário, nos anos do imediato pós-guerra. Mas, antes disso, ainda sob o Estado Novo esteve em permanente contato com o mundo intelectual. Conheceu o editor José Olympio, com quem manteve longa e grande amizade; dialogou com intelectuais do porte de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, mas o convívio mais estreito se deu com o também editor Ênio da Silveira, na Civilização Brasileira, onde publicou seus principais livros. Outros nomes do mundo das idéias, tais como Graciliano Ramos, Anísio Teixeira, Celso Furtado, e os seus mais diletos companheiros, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior. Este, embora mais distante, por ter vivido praticamente toda a sua existência em São Paulo foi, no entanto, um respeitoso aliado na arena historiográfica, não obstante as interpretações distintas da formação histórica brasileira.

A polaridade da divergência entre NWS e Caio Prado Jr na academia, e nos meios da intelectualidade brasileira em geral, acabou por reduzir a importância que ambos tiveram na releitura de nossa história. O bom revisionismo que empreenderam em suas obras, ao desfazer equívocos, simplificações e, sobretudo, a visão preconceituosa e reacionária acerca do processo histórico brasileiro se não foi ignorado, nem podia sê-lo, ganhou uma dimensão menor do que teve. Tudo em nome de uma questão a envolver o nosso passado colonial, principalmente o caráter feudal, senhorial ou mercantil desse período. Este era o objeto igualmente de uma polêmica que atravessaria os debates universitários entre Paul Sweezy e Maurice Dobb, no que respeita às idéias de circulação do capital ou centralidade do Modo de Produção Capitalista. Ou, em outros termos, a querela entre circulacionistas e produtivistas. Discussões boas para o deleite de muitos, mas de pouca valia para a compreensão do processo histórico real.

No Clube Militar, entidade à época mais política do que social, exerceria considerável influência mercê de sua notória facilidade em lidar com a diversidade de

ideias, com o domínio da escrita e de sua conduta militar impecável. Na gestão do general presidente do Clube, general Estillac Leal, NWS foi o responsável pela Revista, da qual participava com artigos de repercussão junto aos seus camaradas. Atraía, por outro lado, os intelectuais civis, de modo que quando aceitou o convite de Guerreiro Ramos, um dos membros do Grupo de Itatiaia e integrante do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), para juntar-se a eles no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), surpreendeu a poucos a freqüência de militares nesse órgão criado no governo Café Filho, mas cuja implementação se dá na presidência de JK.

Durante a década de cinquenta, NWS desdobrou-se em atividades como responsável pela área de História do Brasil do ISEB, além de manter-se ativo nas publicações editoriais e jornalísticas. Mesmo recatado, não deixava de freqüentar as reuniões de natureza política para as quais era convidado e tinha sua voz respeitada. Este recato não provinha somente de sua origem militar. Ele agia com bastante prudência em virtude de seu engajamento político sendo ainda um militar da ativa. Esta a razão, por exemplo, de ter escrito na primeira parte de seu depoimento para a História do ISEB, a seguinte passagem, em resposta a acusação de uma matéria do jornal TRIBUNA DA IMPRENSA.

A meu respeito dizia o seguinte: “ Depois da queda de Getulio Vargas, o *Grupo de Itatiaia* contou com um novo membro no conselho de redação de sua revista – o tenente-coronel Nelson Werneck Sodré, militante comunista, oficial da confiança do general Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra. Werneck Sodré foi um dos principais organizadores do Movimento Militar Constitucionalista (MMC) que preparou o golpe de Estado de 11 de novembro. *Há* varias mentiras, nesse pequeno trecho: eu não era “ militante comunista”, não era “oficial de confiança do general Henrique Teixeira Lott”, não fora, “ um dos principais organizadores” do MMC, não pertencera ao conselho de redação da revista que o *Grupo de Itatiaia* mantivera.

E o contexto dos anos 50, marcadamente anticomunista, criaria uma situação de certa incompatibilidade do militar da ativa com as diversas tarefas que desenvolvia. Não era um getulista, nem tampouco um antigetulista, não fora nenhum entusiasta da candidatura Juscelino, tinha plena consciência de que sua presença no ISEB era considerada pelo grupo hegemônico mais política do que ideológica, uma vez que via com desconfiança “a aliança com a burguesia industrial”, conforme preconizava os seus mentores oriundos todos do Grupo de Itatiaia, e, por fim, não pertencia ao *staff* dos governos civis até o advento do golpe de 64. Esta posição absolutamente independente e

crítica o deixara exposto a críticas de diferentes procedências. Mas sabia distinguir essas procedências, sobretudo quando vinham da direita golpista e antipopular.

É claro que havia um pensamento convergente nas esquerdas brasileiras antes do golpe com relação a questão da burguesia. E ele se fundamentava na crença da existência de um setor dessa classe capaz de desenvolver algum nível de contradição com o grande capital imperialista. A este setor dava-se o nome de burguesia nacional, porque defensora de um projeto do qual não compartilhasse seus resultados com os interesses das burguesias alienígenas e, porque revelariam um certo sentimento de afinidade com as demais classes em face da independência do país face a eventuais ameaças de perda da soberania nacional. O nacional, portanto, era duplamente a condição para que se atraísse esse setor da burguesia: ela seria antiimperialista, por interesse de classe, e dotada de um sentido de defesa dos valores pátrios, o que convidaria a uma aliança com as classes médias e populares num projeto de emancipação consequente.

As divergências com os núcleos de que participava se originava da concepção histórica de NWS. Tanto no Clube Militar quanto no ISEB, as posições nacionalistas destes dois núcleos eram centradas numa visão quase chauvinista, sem considerar nem a situação do Brasil a integrar um conjunto de nações emergentes, na época ditas subdesenvolvidas, e conseqüentemente o plano internacional. Este era, em geral, tomado por esses representantes do nacionalismo que expressavam como um oponente aos interesses nacionais. A perspectiva marxista de NWS suplantara em muito essa visão estreita, que Guerreiro Ramos atribuía a uma percepção excessivamente européia da questão de classes, como se a percepção da lógica do capital internacional pudesse ser descartada em nome de uma percepção algo autonomista da questão.

Contudo, o nacionalismo não era considerado prejudicial à compreensão das lutas políticas que se travavam naquela conjuntura do pré-golpe. O próprio NWS ressaltaria a importância do nacionalismo, assim como outros intelectuais acadêmicos e que tinham uma postura e uma prática política, como por exemplo Hermes Lima. Para ambos era preciso interpretar o sentido do nacionalismo entre nós. Rechaçá-lo seria um erro, pois que seu surgimento e crescimento apontam para problemas não resolvidos pela nacionalidade. Como errado seria tratá-lo como uma degenerescência política, desprezível ou, como alguns até o associavam, um fenômeno próprio das correntes de extrema direita. O fato de ter sido, de fato, apropriado e utilizado pelos movimentos

fascistas no entre guerras não significa que sua aparição em sociedades democráticas, sobretudo de passado colonial, possa ser considerado uma ameaça à democracia.

Esta sentença proclamada pelo nosso historiador, ainda que indiretamente, resume a sua filosofia política, por assim dizer. Foi um historiador que talvez tenha mais bem representado, na historiografia brasileira, a relação do regime republicano com os militares, sendo ele próprio um historiador, um republicano e um militar. Em sua vasta obra a referência à República está presente, seja na narrativa que dá conta de sua emergência no cenário político do país, ou nas inúmeras passagens de seus escritos de cunho ensaístico, quase sempre situando aspectos do regime implantado em 1889. Quando a República não constava dos objetos preferenciais de estudo de nossos cientistas sociais, ele já a sistematizava e refletia acerca de seu significado histórico e seus desdobramentos políticos.

E este apreço particular pela República não derivava de uma opção de estudo, apenas. Ele concebia o regime implantado em 1889, tendo a frente os militares, como um instrumento mais avançado na ordenação da política nacional, dotando-a de condições para por em prática o princípio da soberania nacional. Mesmo sob uma hegemonia burguesa subserviente aos ditames externos, não restava dúvidas para ele que a República reunia mais elementos para que em suas instituições se pudesse forjar, gerar, uma sociedade mais harmoniosa e fraterna. Daí a máxima da epígrafe a abrir este capítulo, tão bem lembrada, inclusive, por Ênio Silveira, seu amigo e editor de *Civilização Brasileira*, ao citá-lo em sua *Epígrafe ao Marechal (Castelo Branco)*²

A lembrança do grande editor se refere à passagem que NWS faz em *Introdução à Revolução Brasileira*, ao referir-se às raízes históricas do nacionalismo brasileiro. E neste mesmo capítulo, assinalaria os três *cortes apropriados* relativos às transformações institucionais, que segundo ele seriam: o da Independência, o da República e o da Revolução Brasileira. Este último foi objeto não só do livro mencionado, mas o sentido de vida que tomou para si. E para dar consequência ao perfeito elo por ele estabelecido entre os seus estudos de Brasil e a sua condição de cidadão comprometido com as causas da revolução brasileira, NWS era exímio definidor de conceitos, muitos dos quais aparentemente manipulados sem uma reflexão que os conceituasse preliminarmente. Foi assim, neste mesmo livro, o de *povo*, que assim definiu:

² Silveira, Ênio. “Epístolas ao Marechal” in *Revista da Civilização Brasileira*, Ano I, nº 4, Agosto de 1965.

Em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive.

Quando escreveu esse livro, no limiar dos anos sessenta, portanto em plena efervescência dos momentos imediatamente anteriores ao golpe – embora o livro tenha sido editado após este fato – NWS vivia intensamente aqueles momentos. Sem dúvida, a questão nacional e do nacionalismo colocava-se como uma questão senão central mas não desprezível para todos quanto pensavam em saídas para os impasses, à direita ou à esquerda do espectro político. Daí a singela e inteligente vinculação que estabeleceu entre nacionalismo e povo. Essa simbiose que firma o compromisso de que tudo o que é nacional tem de ser popular. Aliás, na abertura do capítulo aludido acima, diz:

Qualquer seja a posição face a esse fenômeno central na vida política brasileira, nos dias que correm, que é o Nacionalismo, não há dúvida que representa fato de importância indiscutível, configurando um quadro em que tal posição deixa de ser indiferente para ser militante.(...) O Nacionalismo, no Brasil, atingiu tal magnitude.

A obra de NWS é múltipla tal a variedade de objetos, temas e questões por ele abordadas. Mas, não há dúvida, foi na área da história militar que sua contribuição ficou mais marcada. E isto se deve, além de uma certa originalidade, já que desde o livro de Gustavo Barroso não se tinha propriamente conhecimento de um autor voltado a este campo da historiografia, ao denso e rigoroso tratamento que concede ao assunto. Tão denso e tão rigoroso que se dispôs a dar um testemunho sintetizado sobre a questão dos militares na história do Brasil em função dos vários aspectos constantes em sua obra.

Tendo iniciado sua produção histórico-literária com a História da Literatura Brasileira, em 1938, deu seqüência com trabalhos versando basicamente sobre a história do Brasil. Assim, nas décadas seguintes, de quarenta e cinquenta, não deixou de brindar o seu leitor com contribuições que se integraram definitivamente à historiografia nacional brasileira. A partir dos anos de sessenta inicia uma série de registros com base em sua experiência nos campos da cultura, da literatura e da política, culminando com o respeitável livro de memórias lançado na segunda quadra dos anos sessenta, a qual intitulou de *Memórias de um Soldado*.

Nessas memórias há duas referências importantes de quem observou e participou daqueles tempos que se situam no que denomino de os dez anos que abalaram o Brasil,

que vão de 1954 a 1964. Eles foram marcados por dois fatos que inicia e termina esses anos de grandes abalos. O primeiro, o suicídio de Vargas em agosto do ano que dá início a essa década, e o outro, obviamente, com o golpe de 64. Nesses dois momentos, o intérprete de nossa história relata em suas memórias as situações imediatamente anteriores aos dois eventos. Cabe aqui, tão somente recorrer-se aos seus relatos.

A ofensiva contra *Última Hora*, pois, só era moralizadora na apreência. Não fora o objetivo real que colimava e jamais teria sido desencadeada. Se a moralização da imprensa era objetivo interessante, digno de uma campanha, por que não fora levantada antes e por que não visava todos os jornais?...

A segunda ação foi desencadeada em fevereiro de 1954 e ficou conhecida como *Memorial dos Coronéis*; tinha caráter militar e vinha na seqüência do esmagamento da corrente militar nacionalista, das prisões e dos processos....

Tratava-se de documento caracterizadamente político; tratava-se de manifestação coletiva de milhares, o que lhe definia o caráter de indisciplina, com agravantes; tratava-se de movimento contra Vargas; tratava-se de pronunciamento contra o chefe das Forças Armadas e contra o chefe do Exército, o presidente da República e o seu ministro da Guerra; seu conteúdo era reacionário, antipopular, pois, fundado na tese reacionária e falsa de que os aumentos salariais são a causa da inflação, protestava contra o projetado aumento do salário mínimo; tratava-se, finalmente e fundamentalmente, de ação política na seqüência da qual, com intervalos de dez anos, pontilhados de ações da mesma natureza, surgiu a ditadura, em 1964. (NWS. *Memórias de um Soldado*, pp. 430-431)

No que se refere ao golpe, o relato de NWS é por demais preciso, tanto na reconstituição dos momentos que deram origem ao movimento resultante da queda de Jango, quanto da análise dos fatores determinantes para esse desfecho. Em ambos, são relatos de quem efetivamente se encontrava na cena política, sempre do lado das forças populares, nacionalistas e progressistas, definições que não cansava de evocar para situar-se politicamente. Mas, sobre os antecedentes de 64, eis o relato.

No início de 1964, os horizontes estavam já sombrios; o governo Goulart, que emergira fortalecido do plebiscito que liquidaria o parlamentarismo de fancaria instalado em 1961, apresentava-se, agora, em acelerado processo de debilitamento. ... O teor dos editoriais da imprensa não escondia a extrema gravidade da situação. O governo parecia não se dar conta dessa gravidade, ou inclinava-se, premeditadamente, a um choque, buscando a decisão. ...A solução da rebeldia dos marinheiros e a manifestação dos sargentos ao presidente, no Automóvel Clube, logo depois, colocavam como inevitável e intransferível a solução da crise. Quando li, no *Correio da Manhã*, certo dia, o editorial intitulado “Basta!” E, no dia seguinte, o editorial intitulado “Fora!”, compreendi que a sorte estava lançada. Soava a voz do dono. (NWS. MS, pp. 571-572)

A desconfiança a respeito da legalidade dos militares em relação ao governo de Jango marcou a diferença de NWS dos muitos apoiadores do presidente. Ele sabia que a extraordinária votação em favor do retorno ao sistema de governo presidencialista, no plebiscito de janeiro de 1963, nada tinha a ver com um eventual apoio a Jango. Sabia mais, que a grande imprensa, boa parte das forças armadas, a alta cúpula da igreja católica e quase todo o empresariado brasileiro, além de boa parte também do congresso nacional estavam, todos, dispostos a impedir de alguma forma a continuidade do presidente.

Sem dúvida, os acontecimentos na área militar acenderam fogo na situação, porque envolveu questões afetas aos princípios da disciplina e da hierarquia, verdadeiros dogmas para as forças armadas. Não foi por outra razão que NWS compreendia que o desfecho não seria outro senão o do golpe. E diferentemente de outras intervenções militares, a derrubada de Jango acabou por contar com a deliberada vontade do então presidente de afrontar as resistências que sabia existirem contra o seu governo. Darcy Ribeiro chegou a dizer, alguns meses depois do golpe, que Jango teria caído mais por seus méritos do que por seus erros. Na verdade, o ex-chefe do gabinete civil da presidência fora um dos que havia passado a falsa mensagem de que a situação estava sob o controle do governo, quando os golpistas se encontravam já se dirigindo para tomar de assalto o Palácio Duque de Caxias, sede do ministério da Guerra, à época.

Contudo, jamais se classificou como um historiador militar ou especializado nesse campo de estudo, por acreditar que embora tendo uma formação que justificasse e desse alguma autoridade para assim se considerar, as tarefas de historiador com uma visão macro da história o impediria, por razões de ordem teórica e conceitual, de assim se apresentar. Crítico do entendimento restrito, ultra especializado no campo da história, foi um eterno defensor das relações das partes com o todo. Não via, por conseguinte, os militares como uma totalidade que institucionalmente justificasse um tipo de abordagem descolada das inevitáveis conexões com o geral, com as demais estruturas, razão de ser das partes. Daí a interação que dialeticamente nunca deixou de estabelecer entre elas.

O melhor exemplo dessa visão a impregnar sua obra é o depoimento que concedeu sobre os militares. Neste texto do qual extraímos uma parte que julguei mais expressivas – o que não é tarefa fácil, diante da importância do testemunho que deu a respeito – é possível verificar como sua percepção dos militares se encontra colada a

questões mais amplas, relativas as formas estruturais da sociedade brasileira. Senão vejamos.

A situação dos militares na política brasileira passa a ser mais importante desde o fim da Guerra do Paraguai. Passa a ser importante, não quer dizer que não tenha existido, porque os militares brasileiros tiveram papel de destaque em todos os movimentos de rebeldia da época colonial, enquanto militares brasileiros, do que é exemplo Tiradentes, e da época posterior à Independência, particularmente na fase de Regência. Todas aquelas rebeliões tiveram a participação dos militares. Mas, evidentemente, como força organizada para intervenções políticas de largo vulto e, particularmente, de importância nacional, os militares começam a atuar desde a Guerra do Paraguai.

Se as forças armadas brasileiras têm tido papel aparentemente contraditório, ora positivos uns, ora negativos outros, e, às vezes, a curtos intervalos de tempo, é porque estão inseridas no processo histórico e na realidade do país. De sorte que inculpá-las isoladamente do que ocorreu em 1964 e atirar uma nódoa de infâmia a toda força armada e a cada um de seus componentes por isso, me parece um erro palmar. Amanhã ela poderá tornar a ter papel positivo, na medida em que a massa militar de formação democrática, premida pelas circunstâncias e pela conjuntura, a internacional e a nacional, for adquirindo consciência da realidade. Veremos que aquilo que foi mau num momento pode vir a ser bom noutra momento.

Este é o meu depoimento.

24 de julho de 1974.³

Já havia antes observado que as forças de terra (o Exército) tiveram menos prestígio do que a dos mares (a Marinha), até a República, quando a situação se inverteu. Primeiro porque a antiga Armada era muito vinculada ao poderes do Império brasileiro. Monarquista, seus quadros foram historicamente recrutados junto às elites dominantes, ao passo que o Exército se constituiu praticamente durante a Guerra do Paraguai e assumiu uma relativa autonomia em relação aos grupos oligárquicos dominantes. Por outro lado, seus efetivos se originaram das camadas médias urbanas da população e, em função disso, os militares de terra acabaram tendo um papel de representação de suas demandas.

Destaco um único aspecto dos vários momentos interpretativos desse historiador marxista, cujo centenário de nascimento ocorre neste ano de 2011. Este único aspecto se refere ao personagem com o qual muito provavelmente NWS melhor se identificou. Refiro-me a Floriano Peixoto. Na perspectiva deste autor, o vice-presidente ao assumir

³ Sodré, Nelson Werneck e Alves Filho, Ivan (org.). Tudo é Política, Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp.51 / 55).

o cargo após a renúncia forçada de Deodoro da Fonseca destacou-se de tal maneira que, deixando de lado a visão meramente personalista, sua ação decorreu de uma luta entre duas facções em disputa pela hegemonia política. E isto fazia parte, na verdade, de um dos episódios da luta de classes travada naqueles momentos iniciais da consolidação da República no Brasil.

Para tanto, recorro a três das obras mais alentadas de NWS: História Militar do Brasil, História da Burguesia Brasileira e Introdução à Revolução Brasileira. Nestas o autor tece considerações acerca do papel exercido por Floriano Peixoto durante os anos mais tensos transcorridos logo após a Proclamação da República. E na primeira dessas obras, adota o termo *florianismo* para designar um fenômeno político construído por ocasião do seu período de governo (1891/1894). Assim, mais do que o representante de uma ala do Exército Nacional, Floriano representaria uma corrente de classe média ou mesmo de uma pequena burguesia associada a parcelas da burguesia que tinham antagonismo com os interesses do latifúndio e do capitalismo internacional, sob o comando do imperialismo. E esta perspectiva interpretativa dos primórdios da República, levou-o a dotar a historiografia de uma percepção mais crítica e mais densa, até então praticamente ausente.

As passagens retiradas dessas três obras compõem um retrato bem definido dos antagonismos que se sucederão ao longo do período republicano. Em todas as alusões às atitudes de Floriano definem uma visão do processo histórico brasileiro, bem como as crises políticas e ideológicas surgidas em tempos posteriores retomam situações bem sinalizadas por NWS, cujo conjunto de sua obra é coerente em todos os pontos por ele destacado e reiterado em seus livros. Mas foi com História Militar do Brasil o que mais completamente traduz a referida relação apontada acima entre militares e a República, como veremos nos trechos abaixo, tendo Floriano como epicentro de sua análise.

Como a Abolição, a República surgiu, em nosso país, em consequência da progressiva ascensão burguesa, numa fase em que começavam a alastrar-se no Brasil, e particularmente na área de mais rápido desenvolvimento, relações capitalistas que se incompatibilizariam com o trabalho escravo e com a forma monárquica...

...a força mais efetiva, que deveria ser isolada, desde logo, e despojada de representatividade política, era a dos militares...

Nos primeiros momentos, entretanto, com os militares no poder, a ânsia reformista era predominante...

A 13 de dezembro, rebela-se um dos cruzadores da esquadra: era questão antiga o motivo, a do castigo corporal; mas em janeiro, duas fortalezas, a de Lage e a de Santa Cruz, levantam-se. No inquérito, o

sargento Silvino confessa que havia sido traído, pois numerosos elementos civis, e alguns chefes militares o haviam incitado à rebelião. A 21 de março, surge o manifesto dos treze generais. Floriano não tergiversa: esmaga a rebelião das fortalezas, reforma incontinenti os generais. Em abril surgem manifestações de rua: Floriano prende os elementos mais destacados e dispersa-os pelos lugares mais distantes do país. Em agosto, Deodoro morre: Floriano comparece ao enterro, presta-lhe a homenagem devida e volta aos seus afazeres. É o homem a quem a sorte da república está confiada. Vai provar que sabe servi-la.

Sua posição corajosa de defensor dos ideais republicanos grangeou-lhe enorme popularidade e ainda nos meios intelectuais. Mocidade estudantil, mocidade militar, intelectuais, camadas numerosas da população urbana, povo mesmo, eis a base em que Floriano assenta a sua força....

O “militarismo” era a vigilância contra os privilégios de classe, o sectarismo era o resguardo das instituições democráticas, e o jacobinismo era a preservação da soberania nacional....

Como Tiradentes, que permanecera esquecido durante todo o período da monarquia, sendo uma das primeiras preocupações dos republicanos retirá-lo do olvido a que fora propositadamente atirado, não se perdoaria a Floriano a sua firmeza essencial e dentro das condições da época, nem a defesa dos interesses populares contra o privilégio, nem o da soberania, contra a intervenção estrangeira. O povo o guardou, entretanto, como a Tiradentes, e o fez seu. (HMB, pp. 162 – 177)

Como se pode verificar, NWS introduziu na historiografia brasileira a interpretação comprometida da análise dos fatos até então relacionados de maneira insossa, sem a devida integração entre os fatos cronológicos, seus personagens e as situações deles derivadas. Ao mencionar as ações de Floriano, o que ele passara a representar e as classes sociais, grupos e correntes doutrinárias, além dos diversos segmentos sociais engajados nas lutas políti

NWS proporciona ao leitor um quadro completo de sua leitura sobre a República em seus primeiros momentos de funcionamento. pelos militares, NWS não reflete um vício corporativo e muito menos faz coro com o que deles se tem dito nos estudos acerca das origens mais próximas da República, como, por exemplo, a influência positivista, descartada por ele como tendo sido de fundamental importância para a corporação. Mais do que a mesmice das repetições de autores sobre a questão, NWS aponta para o caráter sócio econômico da base de recrutamento dos militares, especialmente os do Exército, fato este que os aproximaria dos anseios de setores intermediários da população urbana daquela época, profundamente convencida da necessidade de mudanças institucionais.

Dessa maneira, o uso impertinente da expressão “militarismo”, empregado com certa frequência para caracterizar o comportamento dos militares, é, por isso mesmo, contestado pelo autor. A intervenção dos militares nos debate nacional e nas decisões

políticas em nada os define como defensores de uma atitude a favor de interesses que os punham acima dos atores civis. Além disso, é de notório saber que vários atores políticos que conspiraram em prol da República o fizeram em permanente contato com lideranças civis, dentre eles o próprio Floriano Peixoto.

A comparação com Tiradentes não chega a ser nem exagero nem um mero exercício de retórica do nosso historiador. Na realidade, ambos simbolizaram algo além das aspirações republicanas. Eles, cada qual ao seu tempo, encarnaram os legítimos impulsos derivados de uma consciência soberana a desaguar para o leito da nacionalidade. E neste sentido, os dois nomes se inscreveram na memória popular de modo a restar aos historiadores compromissados com tais ideais recuperarem suas trajetórias, mesmo que sombreadas, um pelo esquecimento imposto pela monarquia; e o outro pelas forças que o identificaram com a prepotência militarista, num equívoco e preconceituoso julgamento histórico, que NWS soube muito bem identificar.

Paralelamente à luta visível, pontilhada de levantes armados e de terrível campanha parlamentar que Floriano enfrentaria energeticamente, desenvolver-se-ia a surda luta econômica entre a velha e a nova estrutura de produção, entre a economia exportadora e a economia de mercado interno, entre o latifúndio e a burguesia, aquele poderosamente reforçado pelo imperialismo, esta contando com as simpatias das classes e camadas inferiores, e particularmente da pequena burguesia urbana, muito ativa em seus pronunciamentos e em suas ações, ainda que desorganizadas. O período de Floriano assinala o choque entre essas forças.

No governo, o chefe militar e o seu grupo representavam o reformismo típico da classe média, interpretando o esforço da burguesia ascensional. De outro lado, e tanto no governo como na oposição, situavam-se, de maneira geral, mas não esquemática, as velhas forças, ansiosas por liquidar aquele reformismo e para firmar em condições estáveis o domínio antigo, agora sob os moldes republicanos. Da parte dessas forças, havia a coordenação aparente e o mero pretexto do “militarismo”, o desejo de ver aqueles militares que haviam ocupado a área política, antes privativa de representantes do latifúndio, voltarem aos seus quartéis, cumprindo ordens, na situação silenciosa e passiva que fosse própria de omissões e permitindo que se retornasse à situação antiga, apenas sem o trono.

Nesses trechos de História da Burguesia Brasileira, NWS enfatiza sua interpretação segundo a qual Floriano assumiria a vertente progressiva e combativa, sob o manto do que chamou de reformismo típico da classe média. A avaliação que faz com base na interpretação marxista da história é não somente bem elaborada como identifica, com precisão, as tendências que se põem em movimento naquela quadra da história republicana brasileira. E esta identificação se fundamenta na prática adotada pelo

segundo presidente, ao desfechar golpes certos contra os que objetivamente conspiravam contra o regime recém instaurado. Os vários projetos republicanos em jogo reclamavam de lideranças que os conduzissem ao êxito de suas pretensões. Floriano bateu-se contra os representantes da velha ordem, muito embora não tenha tido sucesso em seu empreendimento.

A lógica interpretativa de NWS ganha consistência quando o leitor apreende o conjunto de fatos que definiram os rumos do regime republicano no Brasil. Chega à conclusão, por exemplo, que a adesão à República por parte dos fazendeiros de café, núcleo hegemônico da economia agro-exportadora da época, visava tão somente manterem seus interesses intactos. Desse modo, a implantação do novo regime político foi apenas um estratagema para continuarem influenciando nas decisões da política local e nacional, uma vez que o federalismo lhes proporcionava essa dupla inserção na vida pública do país. E essa situação de dubiedade ficaria ainda mais evidenciada com a denominada Revolução Liberal de 1930, um outro momento de conciliação no seio das classes dominantes.

Um cronista apressado, de quem se repete informação inidônea, afirmou que a queda do Império fora assistida com indiferença pelo povo. A falsidade da informação fica demonstrada no largo movimento de opinião que permite a Floriano resistir às correntes que contra ele se montam, movimento apaixonado, vibrante, trazido para a rua e, mais do que isso, desembocando na arregimentação de forças, que é a defesa do Rio contra a esquadra rebelada. Floriano representa, tipicamente, a classe média, que começa então a disputar um papel político. E a própria difusão do positivismo nessa classe revela a solução fácil que permitia a defesa de posições progressistas sem rompimento com valores éticos tradicionais.

Na passagem acima, NWS menciona uma fonte que costuma ser invocada pelos estudiosos do período da chamada Proclamação da República. Trata-se da famosa frase emitida por Aristides Lobo, que afirmara que o ato que dera origem à queda da monarquia deixara o povo a assistir bestializado a tudo aquilo, isto é, atônito e sem entender a razão da “parada militar” que evoluía no Campo de Santana no dia 15 de Novembro de 1889. A contestação do nosso autor se prende à suposta indiferença do povo, como se este fosse pego de surpresa pelos acontecimentos. Na verdade, o jornalista que dissera como analista as palavras que se tornaram frequentemente citadas nos meios acadêmicos reagia a forma pela qual os acontecimentos se deram, omitindo, por exemplo, a situação em que se encontrava o Segundo Reinado às vésperas de uma

transição para um possível e futuro Terceiro Reinado com titulares que boa parte do povo desaprovavam.

É essa incompreensível situação na qual, de um lado há a popularidade de Floriano junto ao povo e o severo julgamento sobre o suposto desinteresse desse mesmo povo em face do desenrolar dos fatos a marcarem o início da República, que NWS jamais aceitou como um dado qualquer, sem explicação. O que se tornou comum é o que chamarei de julgamento transposto, isto é, usar-se uma dada situação presente para associá-la a uma situação do passado e, assim transplantada, considerar aquela situação pretérita aos olhos e aos interesses da situação presente. Assim, por razões de uma situação posterior, do presente de quem examina a questão, comparam-se os tempos de Floriano a situações de prepotência, autoritarismo, desrespeito à legislação e coisas que tais, sem que se leve em conta a situação passada, ou seja, as circunstâncias históricas que cercaram, por exemplo, esses tempos de Floriano.

Tudo porque o caráter antioligárquico de Floriano, a expressar por sinal uma componente muito forte da caserna, no fundo contrariou os que no passado recente confundem-se com esses interesses. E foi justamente esse sentimento de repúdio a práticas oligárquicas que empurrou Floriano para junto das correntes populares, igualmente antioligárquicas e sabidamente contrárias a mudanças do interesse nacional e popular. NWS soube captar essa relação entre o governante Floriano e seus governados, aqueles exatamente ciosos em preservar o sentido realmente republicano surgido na caserna e com respaldo e total receptividade junto as camadas populares. Daí o florianismo, movimento e fenômeno político que se articulam para fundar a primeira manifestação a juntar governante e governados, como ocorreria em circunstâncias distintas com outros líderes do regime republicano no século XX.

No que se refere a Prestes, NWS não poupou em momento algum considerações altamente elogiosas. Não chegou, no entanto, a promover qualquer sorte de proselitismo pelo fato de ter sido Prestes não só uma liderança militar de esquerda, como o autor, mas sobretudo por ter em Prestes a figura de seu líder partidário, já que o autor jamais negou pertencer ao Partido Comunista. Em livro do qual se serve de trechos de seus mais densos trabalhos e de depoimentos, dos quais figura também o de Prestes, intitulado A Coluna Prestes, reserva um pequeno, mas eloqüente capítulo à figura do “Cavaleiro da Esperança”, que assim se inicia:

O Tenentismo revelaria quadros de valor excepcional; a Coluna reuniu, deles, o que havia de melhor. A História confirmaria, através de curvas, altos e baixos, avanços e recuos, a importância, a dimensão qualitativa da maioria desses quadros. Mas, desde o levante na região missioneira, um deles avultaria e sua autoridade não cessaria de crescer, até se tornar lendária. Prestes, jovem capitão, conhecido pelo seu talento, primeiro aluno de sua turma, na Escola Militar, mostraria, como chefe, em condições excepcionalmente difíceis, suas qualidades militares invulgares. (Coluna Preste, p. 58).

Contudo, o traço marcante de NWS era a descrição e análise das condições em que se processavam os acontecimentos. A atitude de Prestes nos momentos decisivos que resultariam na queda da Velha República, em 1930, atestam bem a firme eficácia analítica do historiador, de modo a proporcionar aos seus leitores precisão e concatenação de circunstâncias, personagens e fatos. E a posição de Prestes é objeto desse seu estilo e método de interpretação histórica.

O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, foi o estopim. Daí por diante, unindo-se novamente políticos e militares, a face conspirativa se definiu e a decisão pelas armas foi adotada. Um grave enfraquecimento, porém, já ocorrera: a defecção de Prestes, que evoluíra para uma posição muito mais avançada do que a das forças que comandavam a revolução em processo e se recusava a participar da conspiração.

O choque que a decisão de Prestes provocou foi profundo. As eleições haviam sido em março, o manifesto em que o comandante revolucionário se definia nos últimos dias de abril, na fase, justamente, em que afrouxavam as ligações entre políticos e militares, até que o assassinato de João Pessoa, em julho, motivasse nova reaproximação e o início da tarefa conspirativa organizada.

A divisão das classes dominantes, entre velhas e novas - mas ambas contrárias aos interesses genuinamente populares, - tornar-se-ia mais intensa com o movimento que depôs Washington Luís, logo após as eleições para sua sucessão, em 1930. E esta divisão penetraria fundo também nas forças armadas, especialmente, como sempre tem ocorrido, no Exército. Desta vez, afetou o contingente egresso do tenentismo dos anos vinte de modo a promover igualmente divisões, uns tentando mantê-lo unificado sob a denominação de *Clube 3 de Outubro*, em alusão à Revolução Liberal a qual apoiavam, outros distantes dos acontecimentos e mantendo-se críticos aos seus desfechos, e Prestes e seus mais próximos companheiros que evoluíram, como ressalta NWS, para *uma posição mais avançada*, no dizer (vide texto acima) do nosso autor. Das duas primeiras posições o tempo as fez desaparecerem por completo, até porque muitos de seus

componentes se integraram à nova ordem política e institucional, restando a de Prestes, cuja adesão ao comunismo o faria referência ímpar da história política brasileira.

Marcando bem sua nova posição, Prestes (...) (C)ondenava, desde logo, o programa burguês defendido pelos que se propunham conjugar os esforços de políticos tradicionais e de militares rebelados para a derrocada da situação existente...

Definia, em seguida, quais eram os inimigos do povo brasileiro...(P)ara prosseguir, com o grave desfalque que o pronunciamento de Prestes vinha trazer ao movimento em esboço, tornava-se necessária uma palavra da parte de outros elementos do *Tenentismo* (HMB, pp. 227/228).

O manifesto que Prestes lançara em 1930 passara em branco nas abordagens historiográficas sobre o período. Coube a NWS explicitar sua importância ao enfatizar a decisão do então comandante da Coluna invicta, que percorreria o Brasil de norte a sul e de leste a sudeste. Os trechos aos quais se refere o historiador do referido manifesto são dispensáveis, não só porque o teor do documento em sua íntegra faz parte deste livro, como o interessante é a comunhão de idéias que não é negada em momento algum nesta análise empreendida por NWS.

A partir da superação do Estado Novo, cujo fim coincide com o término da Segunda Grande Guerra, o ambiente cultural e intelectual retoma a efervescência na então capital do país. No Rio de Janeiro, o movimento em torno de projetos a apontar soluções para o retorno das franquias públicas, amparado pela nova Constituição liberal promulgada com base numa constituinte bafejada pelos ventos liberais e democráticos, ocorre no momento em que NWS já se tornara um membro respeitado desse movimento político e cultural. A sua História da Literatura Brasileira surgiria neste cenário, mercê dos contatos que se estabeleciam à medida que o engajamento político partidário também crescia. □

Sem dúvida, a libertação de Prestes da prisão depois de mais de nove anos praticamente sem contato com o mundo exterior reforçaria a decisão de muitos de seus admiradores, dentre eles NWS, a adotar a dualidade de uma militância, a de escritor e historiador cada vez mais apreciado, e a de quadro partidário reservado em razão de sua inserção nas fileiras do Exército, oficial que era. O Partido Comunista do Brasil (PCB) à época passaria a abrigar inúmeros novos integrantes. O prestígio no mundo da URSS aliado ao trabalho político dos militantes comunistas nacional e internacionalmente contribuíram em muito para esse crescimento da influência do ideário comunista.

Mas a par das definições de ordem política e ideológica, NWS cultivava o gosto pela obtenção de uma erudição para a qual trabalhou o tempo todo, mesmo tendo de ocupar-se das tarefas e estudos empreendidos nos cursos de formação e aperfeiçoamento do Exército. Em seu livro Memórias de um escritor, volume I, lançado em 1970, dá conta das concepções que o influíram, ao dizer:

Dois eixos presidiam, desde então, o meu raciocínio: o da concepção materialista do universo e o da concepção de movimento da matéria. A leitura de Darwin, apesar de seu espiritualismo, fora muito importante para mim: ele reforçava a estrutura do pensamento apoiada naqueles dois eixos. (Memórias de um escritor, p. 363)

E sobre o trabalho intelectual, do qual primou por respeitar a diversidade e, em consequência, os pontos de vistas que lhe eram adversos, afirmara, ainda neste livro de memórias, que:

Toda cultura – é sabido e repetido – conserva, como dado de raiz, sentido progressista. Não é de surpreender – porque há nisso uma lógica profunda, embora as vezes escondida – a fúria com que os regimes retrógrados voltam-se contra os intelectuais, os artistas, os cientistas, e os aprendizes, os estudantes: a verdade é sempre subversiva. (Memórias de um escritor, p. 364)

Não foi estranhar, portanto, que no período de funcionamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), NWS tenha se relacionado com relativa facilidade em meio de várias tendências distintas. Soube entendê-las e respeitá-las sem desviar-se um milímetro de suas concepções e análises promovidas tendo como objeto de estudo o Brasil, tanto retrospectivamente quanto prospectivamente. O convívio fraterno com que tratou os seus interlocutores teve, igualmente, a recíproca de tantos quanto com ele mantiveram cordiais convergências ou divergências. Esse traço de amabilidade acabou por reforçar a respeitabilidade com que conquistou ao longo de sua ativa e múltipla atividade de intelectual orgânico.

Com alguns patriotas de convicções não tão semelhantes a dele, soube cultivar amizade. Foi o caso de Barbosa Lima Sobrinho, um liberal na acepção da palavra, que costumava dizer que no Brasil ele só conhecia dois partidos políticos: o de Joaquim Silvério dos Reis e o de Tiradentes. O primeiro, o dos traidores da pátria, ele queria distância; ao passo que o do herói da Conjuração Mineira ele se encontrava inteiramente afinado, já que se julgava evidentemente um defensor da pátria e, portanto, alinhado às

forças progressistas e revolucionárias. NWS, por certo, se integrava a este partido do eterno presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Mas é preciso ressaltar que, acima de tudo, NWS foi um intérprete de seu tempo. E tinha noção da absoluta interligação entre literatura e história, pois para ele era inconcebível que “a obra de arte nasce inteira e acabada da cabeça dos autores, sem raízes, sem condicionamentos, sem nenhum laço com o meio”, como dissera em sua História da Literatura Brasileira, na Introdução a este livro. E ele tinha plena convicção da importância da interpretação em todos os campos do conhecimento, tanto que um dos capítulos desta verdadeira síntese das manifestações literárias brasileiras há uma menção a este problema. Sob o título de “Interpretações do Brasil”, tece algumas vigorosas considerações a respeito.

Ao exibir uma rica erudição dos autores que desfilaram seus trabalhos entre os anos da virada do século XIX ao XX, NWS desfila argumentos que permitem aos seus leitores menos familiarizados com a temática acompanhá-lo em suas observações crítico – literárias, como de costume, imerso na vida social, cultural e política do país, sem deixar de lado as estruturas econômicas que mantêm essa sociedade situada ainda dentro do modelo agro-exportador de forte dependência estrutural com o mercado internacional à época.

Destaca as interpretações de Brasil de Joaquim Nabuco, basicamente centrada na perspectiva biográfica e autobiográfica, já que o grande abolicionista escrevera sobre o pai, Nabuco de Araújo e sobre si mesmo em “Minha Formação”. Em ambos os casos, situa tais escritos biográficos dentro de uma compreensão possível da sociedade brasileira. Por outro lado, no que chama de “interpretação social” de Euclides da Cunha, certamente a de grande relevo, uma vez que seus escritos situam as condições físicas associadas às condições sociais e políticas, muito presentes, é claro, em “Os Sertões”, esse traço é assinalado com destaque pelo nosso historiador.

No que se refere a Machado de Assis e sua “interpretação pela ficção”, NWS reserva um espaço para assinalar traços relevantes da obra desse genial membro fundador da Academia Brasileira de Letras. E a relação ficção e realidade é um dos aspectos mais bem trabalhados na obra machadiana, que despertaria a atenção e o louvor de muitos integrantes de sua geração, como, de resto também da geração que precedera a de nosso historiador, como fora o caso da de Astrojildo Pereira, por exemplo. E, finalmente, a “interpretação pela crítica literária” de José Veríssimo, cujo valor intrínseco dispensa maiores comentários adicionais. Trata, posteriormente, de

Raul Pompéia e Lima Barreto, de modo a criar uma série de elementos informativos e analíticos indispensáveis à boa compreensão dos leitores. Este livro é até hoje uma leitura de referência em cursos de história da literatura brasileira.

Todavia, a preocupação do intérprete de nossa história não se resumia a identificar no passado os pioneiros das diversas formas de interpretação do Brasil. Era preciso, e ele o sabia bem, fornecer os elementos indispensáveis à busca de informações acerca do país tomado como objeto de estudo e reflexão. Foi assim que concebeu um de seus mais originais livros, *O Que se Deve Ler Para Conhecer o Brasil*. Nele se encontram as fontes bibliográficas fundamentais, por que de referências, para iniciantes e iniciados. Dividido em três partes: Desenvolvimento histórico, Estudos Especiais e Cultura brasileira, o livro foi ganhando edições a medida em que se fazia necessário.

Em cada uma das partes, os diversos temas contem indicações de leituras precedidas por introdução histórica. E essas fontes de referências dividem-se em fontes principais e subsidiárias. E se hoje em dia as últimas edições desse livro se encontram defasadas em virtude do volume crescente da produção historiográfica, a simples idéia de ter se pensado numa obra dessa natureza, capaz sempre de se atualizar, foi e continua a ser uma idéia não só de importância prática para o leitor, mas sobretudo de concepção de grande visão por parte de seu criador, uma vez que essa sistematização, já encontrada na literatura didática das obras gerais se encontrava ausente no âmbito da sistematização historiográfica.

Esse livro foi publicado originalmente em 1945, num contexto de abertura não somente política como de idéias. O país, como o mundo ocidental, acabava de se livrar de regimes autoritários, e as esperanças se somavam à necessidade de mais conhecimentos sobre as realidades dos povos. Foi reeditado em 1960, da mesma forma num clima de esperança e expectativa renovada, e que se expressava no próprio processo de urbanização e crescimento acelerado ocorridos na segunda metade da década anterior. De novo, o livro de NWS abria horizontes de leituras e de caminhos com vistas a novas e mais fecundas interpretações de nossa realidade, o que de fato aconteceria, anos mais tarde.

E um dos mais candentes depoimentos de NWS se encontra no último parágrafo de suas *Memórias de um Soldado*, cujo trecho abaixo é extremamente significativo. Dele pode-se extrair a capacidade do intérprete de nossa vida política e de como vislumbrava os horizontes que muitos simplesmente não conseguiam descortinar. Com

as palavras que se seguem creio que se tem uma medida do talento e da sapiência deste historiador de Brasil.

Nada me parece mais ridículo do que alguém, e principalmente os militares, pretender a propriedade da verdade e, particularmente, a propriedade do patriotismo, posições normalmente adotadas pelos que serviram à ditadura. A vida lhes provará, e já está provando, que estão longe do monopólio da verdade, mas lhes provará ainda, e isso será mais doloroso, que não são os monopolizadores do patriotismo. Os que, verdadeiramente, serviram ao Brasil; os que por ele sofreram, os que realmente o defenderam, o tempo deixará claro, dentro em pouco. Patriotismo não se esgota em fórmulas, em palavras, em locuções de “boletim alusivo”; muito ao contrário, é atividade do cotidiano, ação concreta, julgada pelas suas conseqüências. A ditadura causou males profundos ao Brasil, e continua a causá-los; causou males específicos aos soldados brasileiros, de que só agora começaram a se dar conta, e ficam em perplexidade por isso. Pouco a pouco, começam a despertar, a ter consciência desses males. Quando o processo chegar ao fim, eles a detestarão – como ela merece. (NWS. MS, pp.643-644).

NWS é um clássico da historiografia brasileira e o conhecimento de sua obra é indispensável para as novas gerações, não somente pelo que esta obra contém de dados e análises que enriqueceram o patrimônio cultural, literário e historiográfico do país, mas pelo registro de um autor, cujo trabalho precisa ser reconhecido e estudado por fazer parte, ele também, desse patrimônio.

Mesmo rotulado por sua opção teórica centrada no marxismo, simplificada sua obra a partir de uma leitura apressada, pouco freqüentada nas listagens bibliográficas de nossos cursos de História do Brasil, ele continua a incomodar os cultores de uma tendência que tem cultivado o desprezo pelos clássicos do pensamento social e histórico brasileiro. E essa incômoda presença nos meios acadêmicos persistirá, porque é parte integrante de uma visão de mundo voltada para a ilustração e a transformação, binômio cuja existência permanece viva na humanidade.

Referências:

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002;

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo. 1922-1938*. São Paulo: Ática, 1989;

_____ *A Quarta República (1945-1964)*. Documentos. Coleção Corpo e Alma. São Paulo: Difel, 1980;

- _____ *A República Liberal – II. Evolução política (1945-1964)*. Coleção Corpo e Alma. São Paulo: Difel, 1985;
- CONTRERAS, Hélio. *Militares confissões: histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998;
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Nova Fronteira / UFMG, IPEA, 2000;
- KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991;
- LERNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1977;
- PECAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990;
- ROSA, Virgínio de Santa. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro, 1933;
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 1º edição. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1938; 2º edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940; 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964;
- _____ *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944;
- _____ *Introdução à Revolução Brasileira*. 1º edição, 1958, 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976;
- _____ *Formação Histórica do Brasil*. 1º edição, 1962; 9º edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976;
- _____ *História da Burguesia Brasileira*. 1º edição, 1964; 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976;
- _____ *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965;
- _____ *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967;
- _____ *Memórias de um Escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970;
- _____ *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986;
- SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. São Paulo: FAPESP / Edusc, 2001;

Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré.. Rio de Janeiro:
Editora da UFRJ, 2008.